

01 | ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE NO BAIRRO DA PARCELA 6

Cidade Justa e Inclusiva

Diogo Filipe

Problemas de Acessibilidade referidos no manual do município de Loures:

A arquitetura tem como finalidade satisfazer todas as necessidades da comunidade. A cidade e a arquitetura justa e inclusiva levam a supor que é preciso formular a justiça e a Inclusividade de modo muito claro para que a arquitetura responda às necessidades de todos os cidadãos. Por diversas vezes, a realidade mostra-nos que, por diversas ocasiões, o espaço físico tem barreiras e obstáculos que dificultam indivíduos com mobilidade reduzida acederem a certos espaços como, por exemplo, desníveis de acesso a edifícios muito elevados, ausência de passeios e a falta de rebaixamento nos mesmo que causam insegurança e de inacessibilidade.

Neste tópico está ilustrado um conjunto de barreiras encontradas no bairro da Parcela 6, dificultando a acessibilidade e a mobilidade no bairro.



Armários a obstruírem significativamente os percursos pedonais.



As árvores ocupam o passeio de forma a tornar a circulação pedonal impossível.



Os problemas das caldeiras de árvores estão muitas vezes associados a danificação de pavimento envolvente, devido ao crescimento abrupto da própria árvore e raízes que se ramificam pelos passeios.



Os contentores de lixo ocupam espaço urbano claramente retirado aos peões.



Estacionamento abusivo que se torna um obstáculo particularmente difícil para pais com carrinhos de bebés e pessoas com mobilidade reduzida.



Os passeios que não garantem as dimensões exigidas por lei, não proporcionam a livre circulação de todos os cidadãos pelos problemas de mobilidade reduzida.



Pavimento degradado - Buracos, desníveis e elementos soltos, são problemas inerentes a esta tipologia de barreira.



A ausência de rebaixamentos dos passeios para acesso à passeadeira, dificultando a deslocação de peões com mobilidade reduzida.



Os candeeiros de iluminação pública apresentam-se como elementos condicionadores para a circulação pedonal.

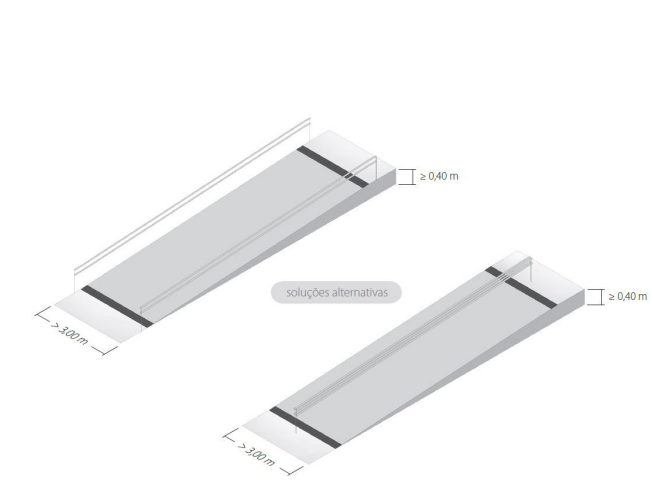


Em alguns casos, é impossível definir percursos acessíveis em redor dos lugares estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida de que percorram e liguem todos os espaços.

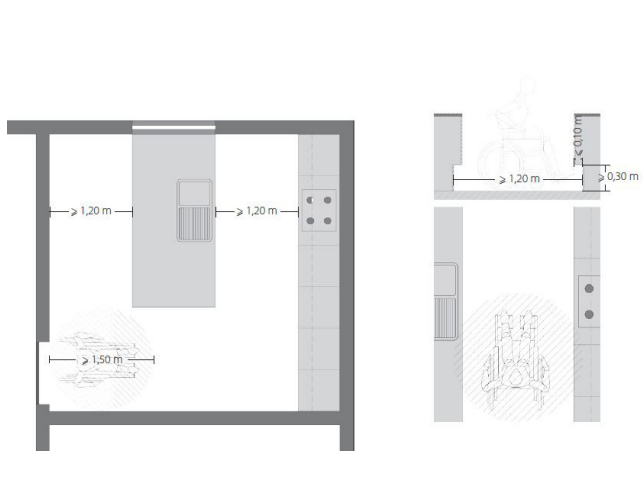
Objetivos para a resolução destes problemas com base no Desenho Universal:

Neste capítulo apresenta-se o Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto, com base no manual Acessibilidade e mobilidade para todos: apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto, escrito por Paula Teles, com a participação de grupos de trabalho do LNEC e na elaboração de pareceres, destacando-se como resultados da atividade conjunta realizada a análise da aplicação do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio e a conceção de uma proposta de plano nacional de promoção da acessibilidade.

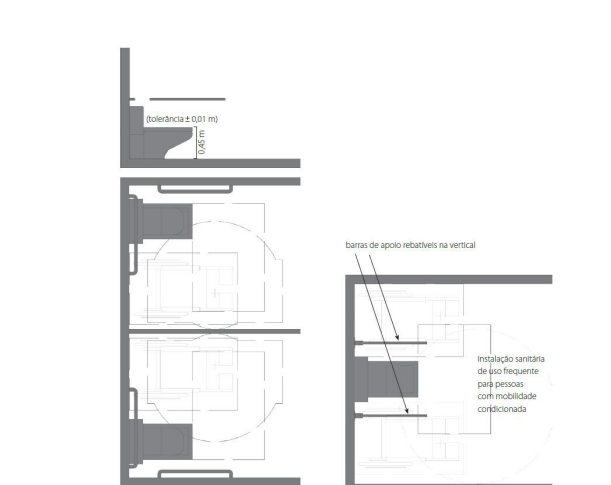
Foram retirados algumas soluções do manual de Paula Teles, para serem aplicadas no Bairro da Parcela 6.



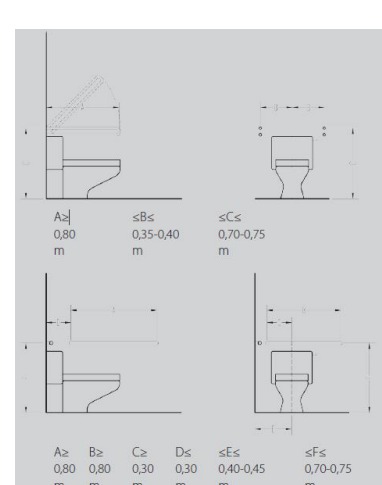
As rampas na via pública devem ter corrimãos de ambos os lados ou um duplo corrimão central, se a largura da rampa for superior a 3 m.



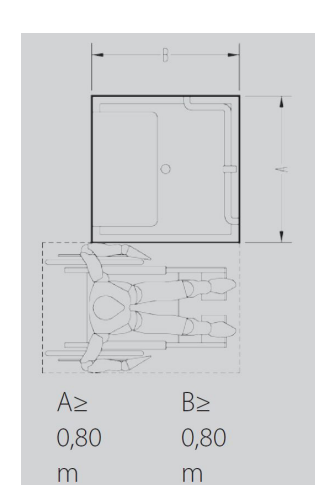
Medidas mínimas para cozinhas de habitação.



Zonas livres de acesso às instalações sanitárias, posicionadas de laterais, permitindo o acesso lateral pela direita e pela esquerda.



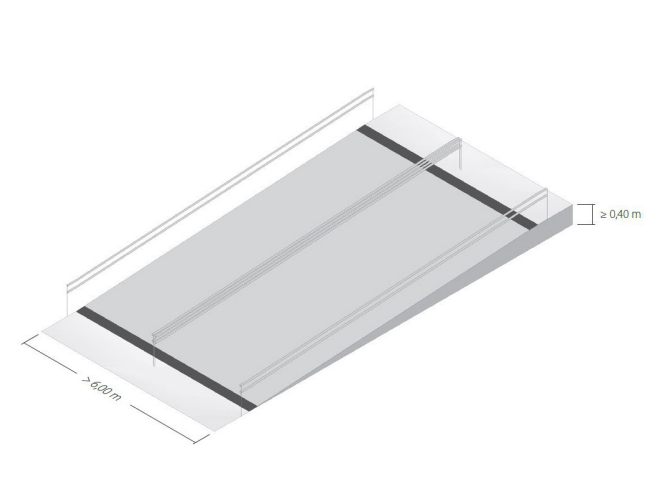
Barras de apoio junto à sanita.



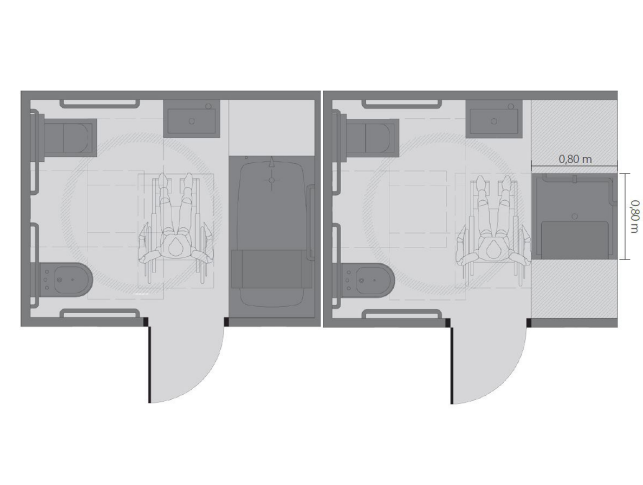
Medidas mínimas para base de duche.



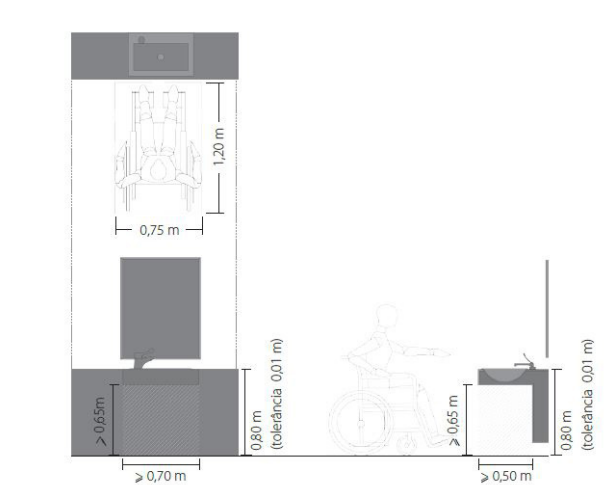
Barras de apoio instaladas junto à base de duche.



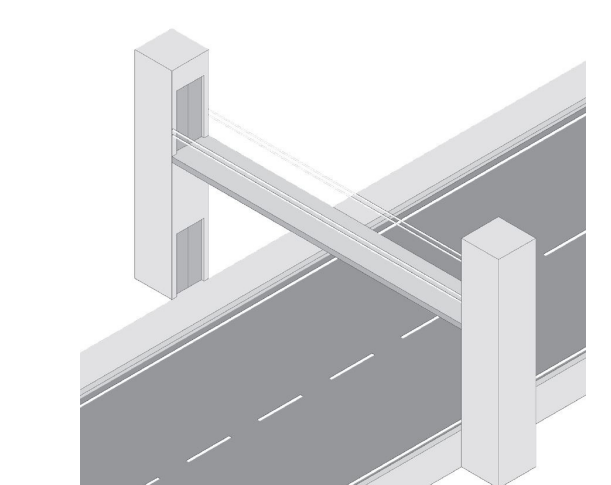
As rampas na via pública com corrimãos de ambos os lados e um duplo corrimão central.



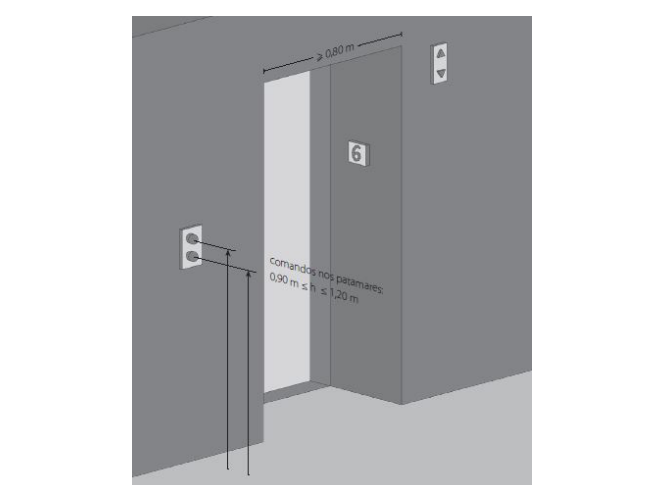
As rampas na via pública com corrimãos de ambos os lados e um duplo corrimão central.



Os lavatórios que seguem as normas de acessibilidade.



Dispositivos mecânicos de elevação para passagens superiores.



Medidas mínimas recomendadas para comandos nos patamares para os dispositivos mecânicos de elevação.

Soluções de Acessibilidade referidos no manual do município de Loures:

Neste capítulo apresenta-se soluções apresentadas no manual da câmara de Loures Loures Acessível - Manual de Orientações Técnicas - Acessibilidade e Mobilidade, com o intuito de ajudar e orientar todos os projetos desenvolvidos para o município de Loures.

Tendo por base normas de acessibilidade e mobilidade para o espaço público e o edificado, fundamentais para consolidar estratégias de acessibilidade e democratizar o espaço público das cidades e vilas abrangido pelo município, uma vez que, a acessibilidade e mobilidade é um direito de todos.



Estes armários devm ser removidos e/ou realocados dos locais onde não é respeitada a largura livre do passeio (1,20m) e ajusta-os à sua nova localização.



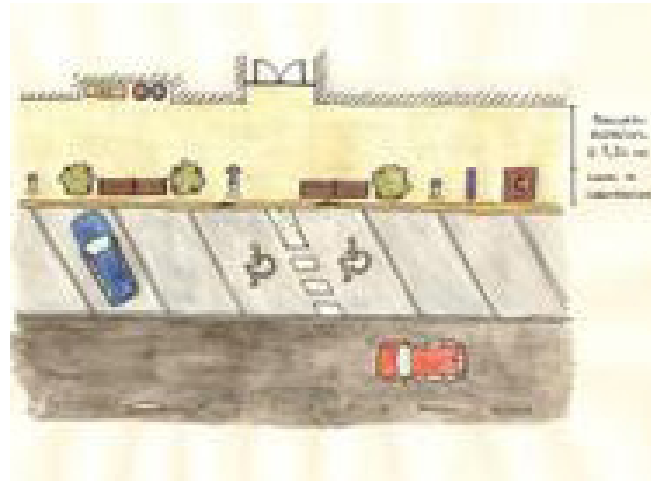
Plantar novas árvores preferencialmente em corredores de infraestruturas de forma a facilitar a utilização do passeio.



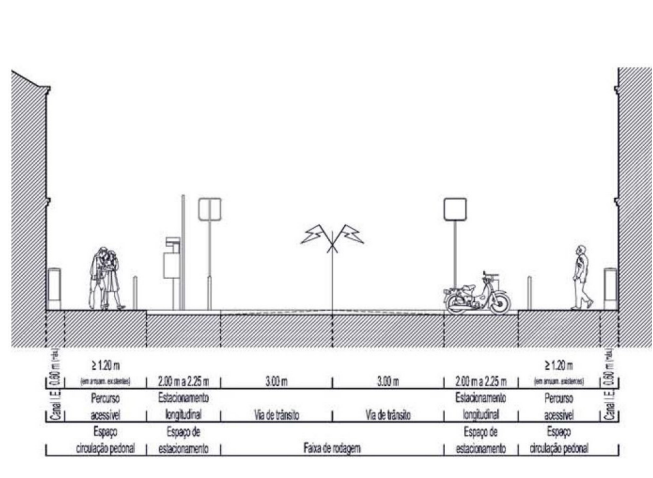
Nas caldeiras das árvores devem ser colocadas grelhas de proteção (sem elementos projetados, com espaçamento máximo de 0,02m e com espaços perpendiculares ao movimento de circulação pedonal).



Remover os contentores de lixo quando impedem que seja cumprida a largura livre do passeio (1,20m) propondo-se a deslocação dos mesmos para locais adequados.



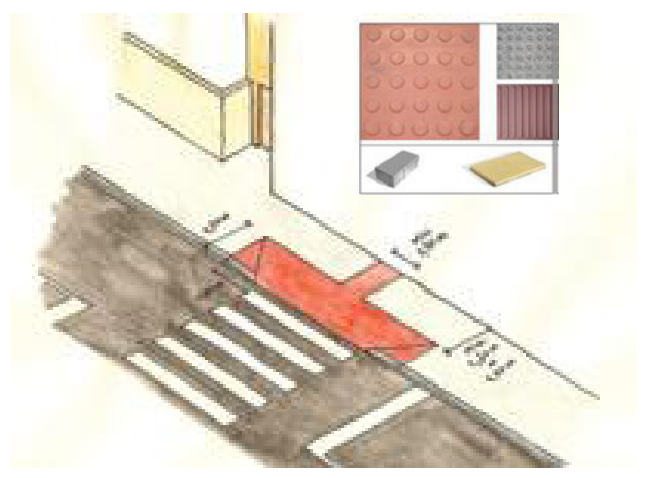
Colocar prumos ou floreiras, de "design inclusivo" (compacto, sem afunilamentos junto ao piso, livre de arestas ou elementos salientes).



Para ruas com perfil médio compreendido entre 5,40m e 8,40m propomos a reformulação desta, estruturando a rua com apenas um sentido automóvel.



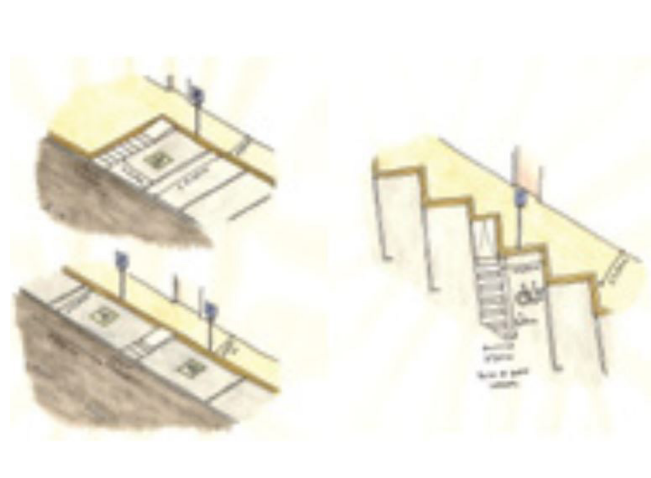
Exige-se assim que os pavimentos que apresentem condições de degradação sejam reparados ou, quando tal não for possível, substituídos por materiais que cumpram os seguintes requisitos: continuidade, segurança e conforto.



Em passeios com largura igual ou superior a 3,00m o rebaixamento deve ter uma inclinação inferior a 8% na direção da passagem de peões e 10% na direção do lance do passeio ou caminho de peões.



Remover estas estruturas dos locais onde impedem que seja cumprida a largura livre do passeio (1,20m), com o inerente ajuste das ligações de eletricidade, à nova localização do candeeiro bem como a reparação do pavimento que foi alvo de intervenção.



Os lugares de estacionamento para pessoas de mobilidade reduzida com dimensão mínima de 2,50m de largura por 5,00m de comprimento e possuir uma faixa de acesso lateral com, pelo menos, 1,00m de largura.

02

ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE NO BAIRRO DA PARCELA 6

Cidade Justa e Inclusiva

Diogo Filipe

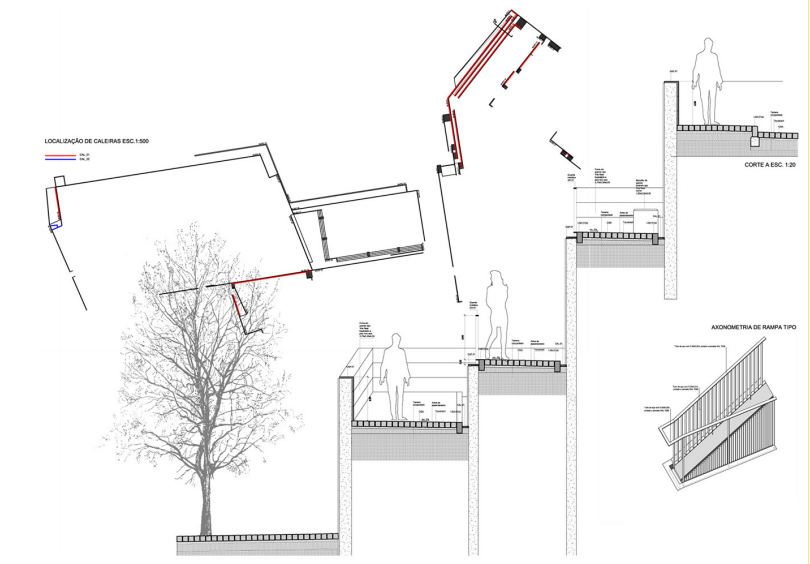
Bairro do Lagarteiro - Paulo Tormenta Pinto e Rosa Maria Bastos

O primeiro caso de estudo é o projeto de requalificação do espaço público do bairro do Lagarteiro, no Porto, projetado pelo arquiteto Paulo Tormenta Pinto e pela arquiteta Rosa Maria Bastos, e foi executado entre 2008 e 2011.

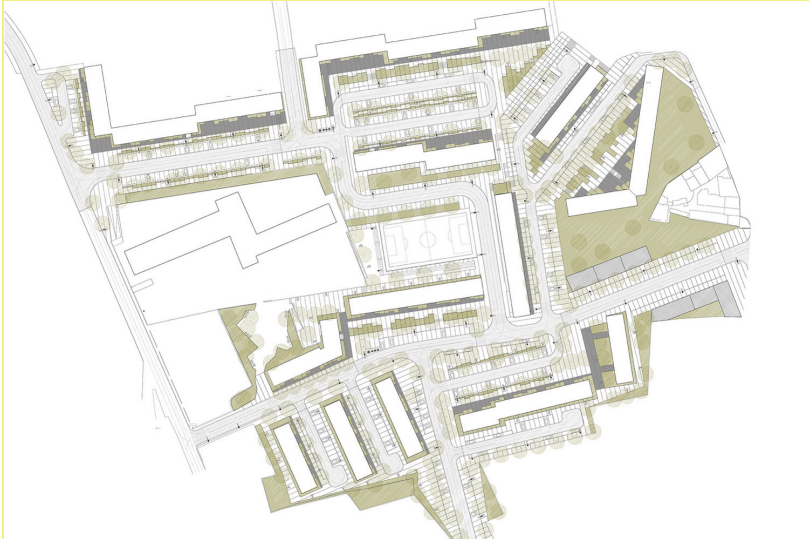
A razão pela foi escolhido este caso deveu-se à forma como o espaço público do bairro do Lagarteiro foi desenhado, rompendo perímetro delimitado e interligando-o com a envolvente, e também a criação de uma rampa pedonal permitir vencer um desnível de 6 m de altura, para além de terem adicionado novos arruamentos e espaços de lazer, que contribuíram para acessibilidade e o bem-estar do bairro.



Fotografia aérea do bairro do Lagarteiro



Corte construtivo da rampa que liga alameda arquiteto Carlos Ramos à rua Diogo Macedo



Planta de implantação do bairro do Lagarteiro



Promenores construtivo da via pública

Bairro da EPUL no Restelo - Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e Pedro Botelho

O segundo caso de estudo apresentado neste trabalho é o Bairro da EPUL no Restelo (1972-1985), projetado pelo arquiteto Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e Pedro Botelho, e Conjunto Habitacional de Laveiras (1987-1992), projetado pelo arquiteto Pedro Botelho.

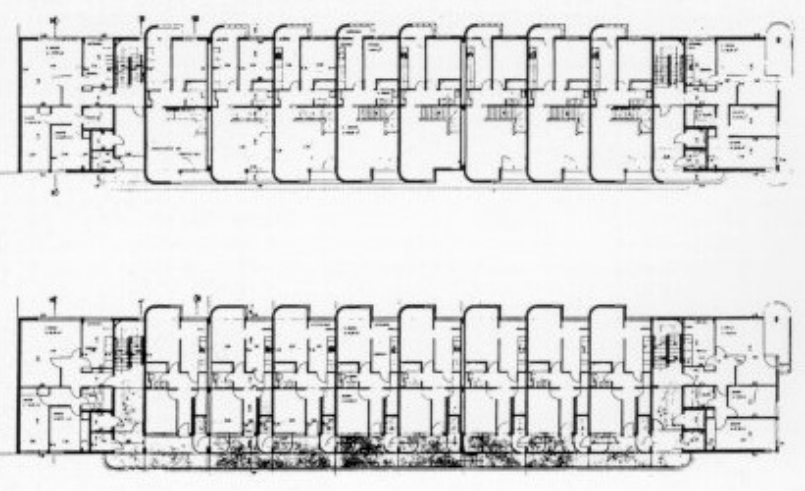
A razão pela escolha deste caso de estudo foi para se perceber como o tema das acessibilidades era entendido na arquitetura antes do Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Maio e do Decreto-Lei n.º 163/2006. Também se quis perceber como era feito o processo participativo na década de 70.



Ao nível do olhar de um habitante do bairro da EPUL no Restelo



Fotografia aérea do bairro da EPUL no Restelo



Plantas dos pisos 1 e 2 do bairro da EPUL no Restelo



Planta de implantação do bairro da EPUL no Restelo

Conjunto Habitacional da Pantera Cor de Rosa - Gonçalo Byrne e Ricardo Reis Cabrita

O terceiro caso de estudo apresentado neste trabalho é o Conjunto Habitacional da Pantera Cor de Rosa, projetados pelos arquitetos Gonçalo Byrne e Ricardo Reis Cabrita, e foi construído durante a década de 70.

Este caso de estudo foi particularmente interessante para este trabalho devido ao facto que a distribuição do edifício ser feita em galeria e essas mesmas se interligam entreligam entre si por via de pontes, o que facilita a acessibilidade entre os edifícios.



Ao nível do olhar de um habitante do bairro da EPUL no Restelo



Ao nível do olhar de um habitante do bairro da EPUL no Restelo



Fotografia aérea do bairro da EPUL no Restelo

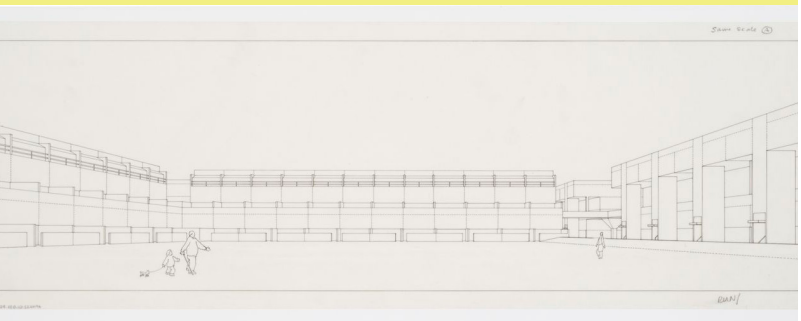
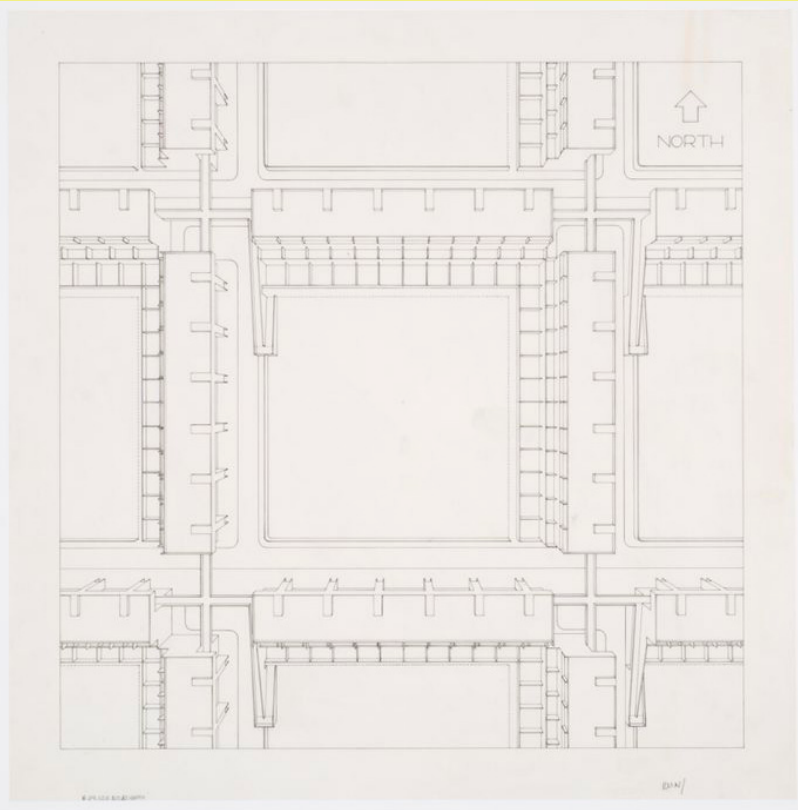


Plantas dos pisos 1 e 2 do bairro da EPUL no Restelo

Southgate State - James Stirling

O quarto caso de estudo apresentado neste trabalho é o Conjunto Habitacional de Southgate Estate, projetados pelo arquiteto James Stirling, e foi construído em 1974 e foi demolido 1990.

Apesar do aspeto radical e duro dos edifícios que não agradava a muitos moradores dos ruídos que ocorriam nas galerias e que acabava por entrar nas habitações, a nível arquitetónico, o Conjunto Habitacional de Southgate Estate consegue conecta todos os pisos superiores a partir de passagens aéreas pedonais, permitindo uma maior mobilidade entre os edifícios. Para além disso, foram projetadas rampas ao longo do projeto para tornar os pisos sopriores acessíveis.

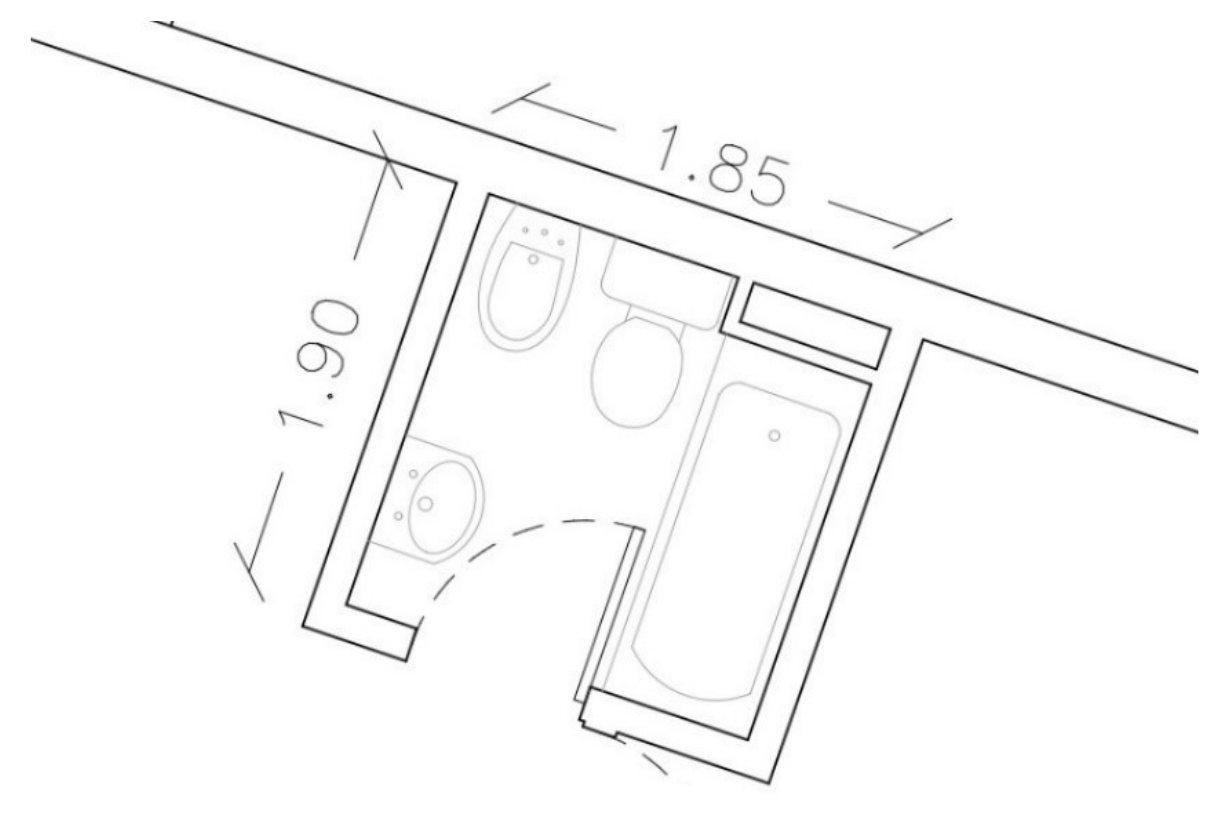
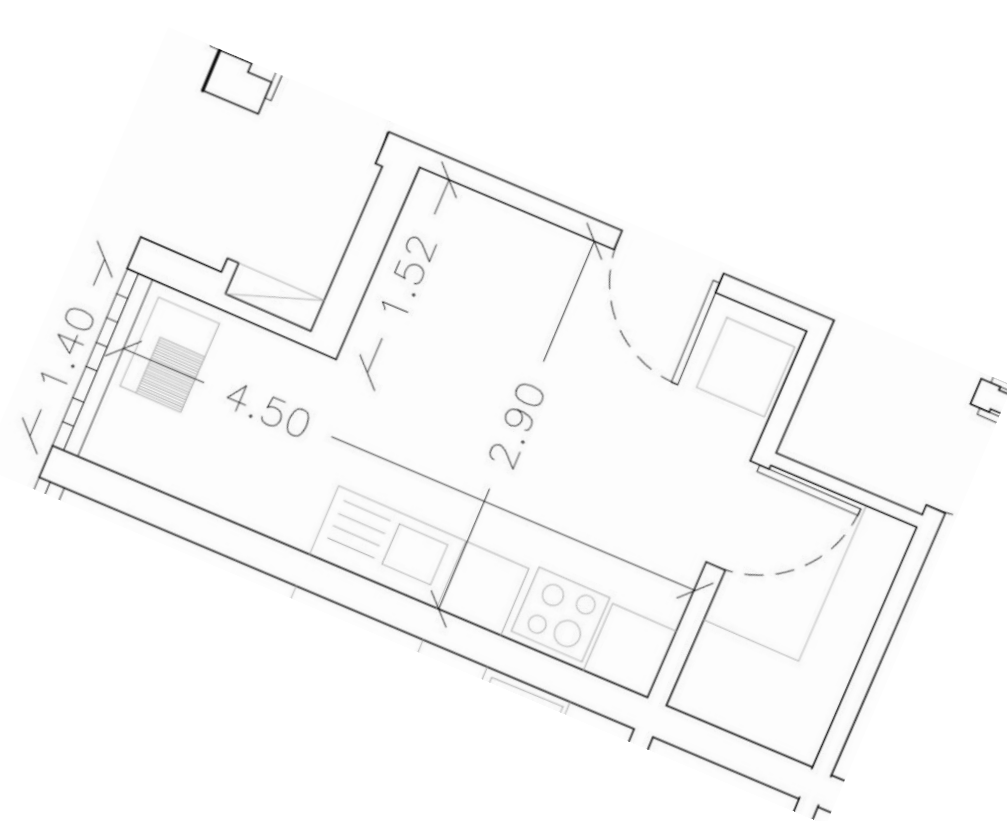
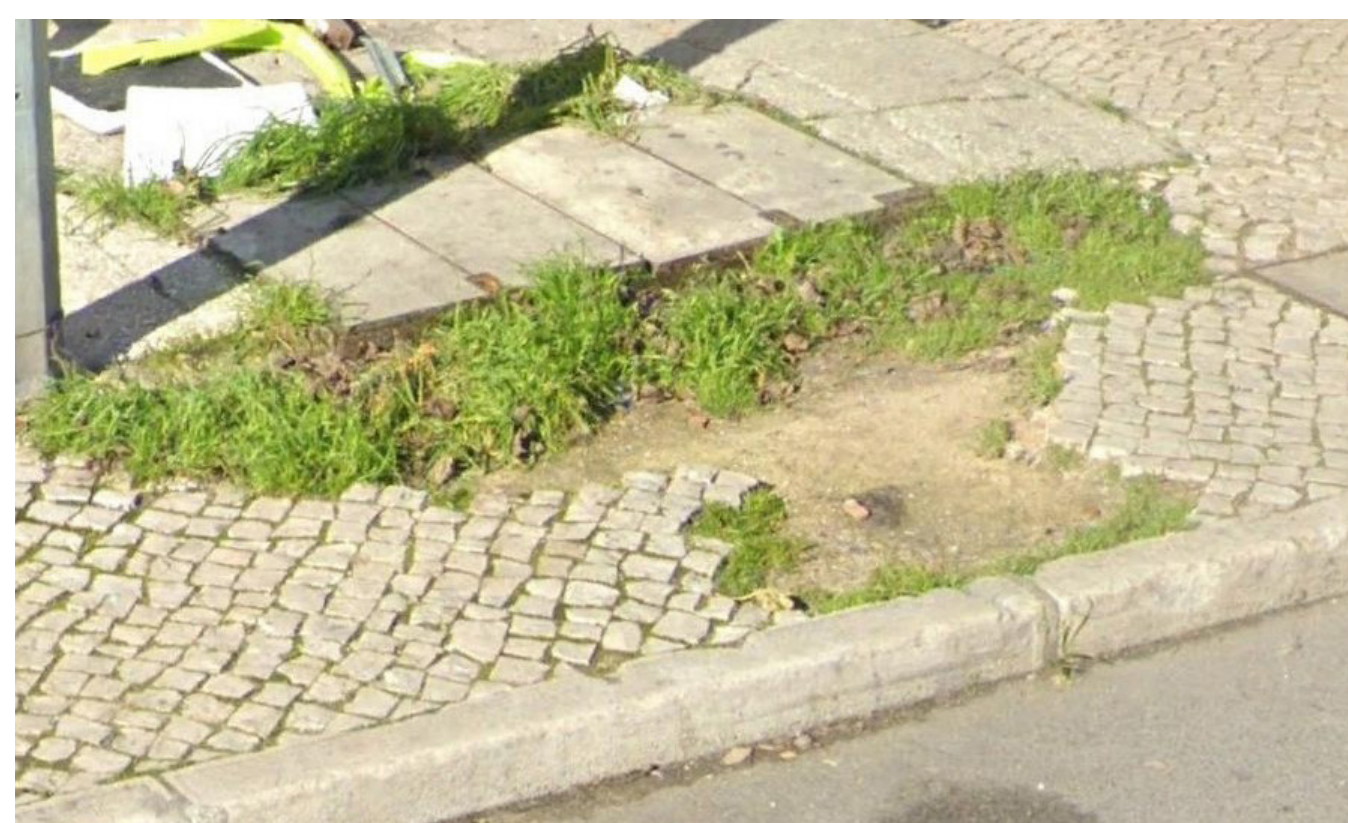


Outros Casos de Estudos



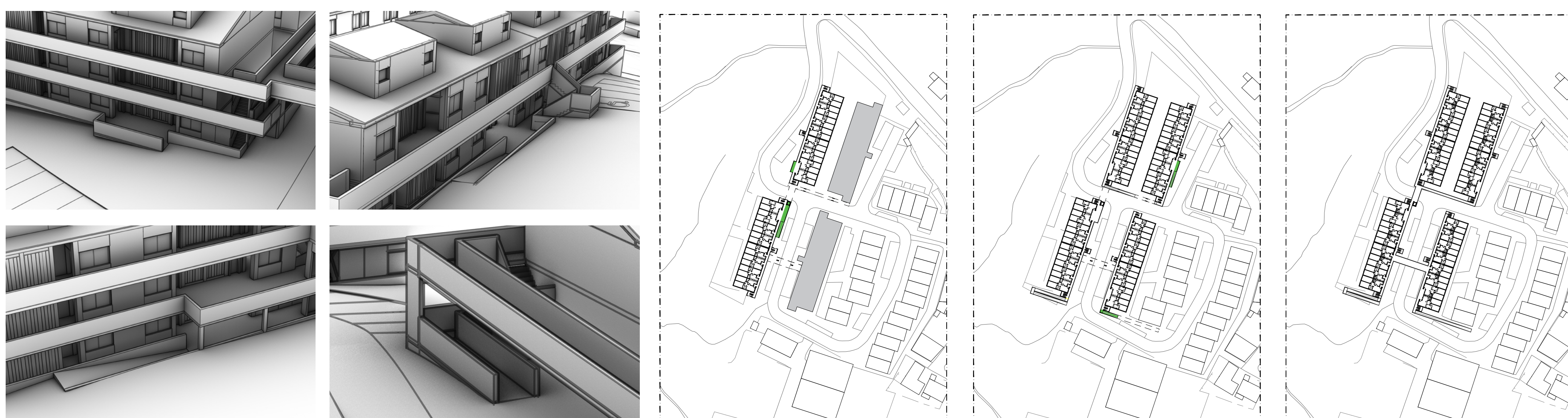
03 | ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE NO BAIRRO DA PARCELA 6

Cidade Justa e Inclusiva
Diogo Filipe

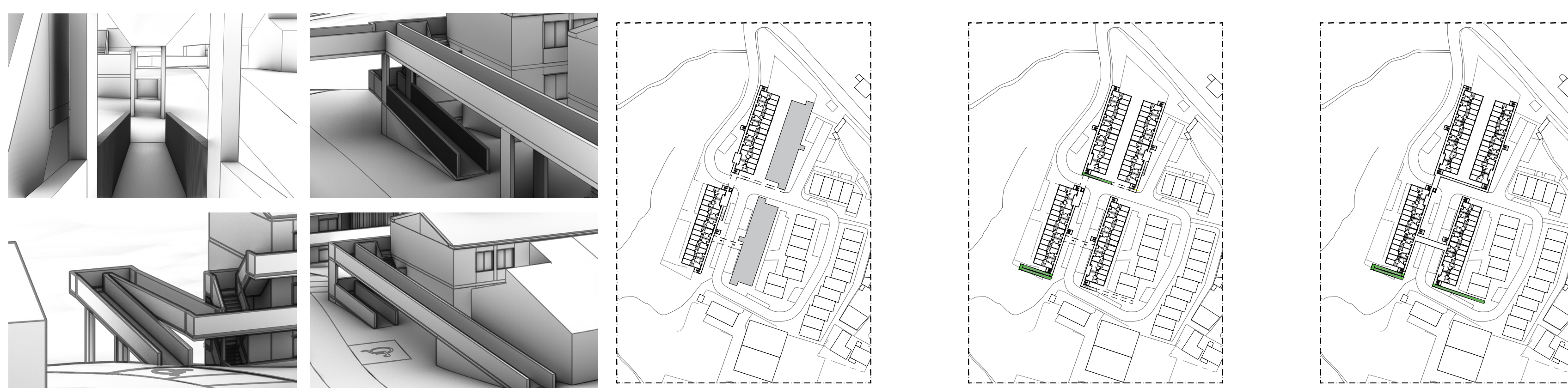




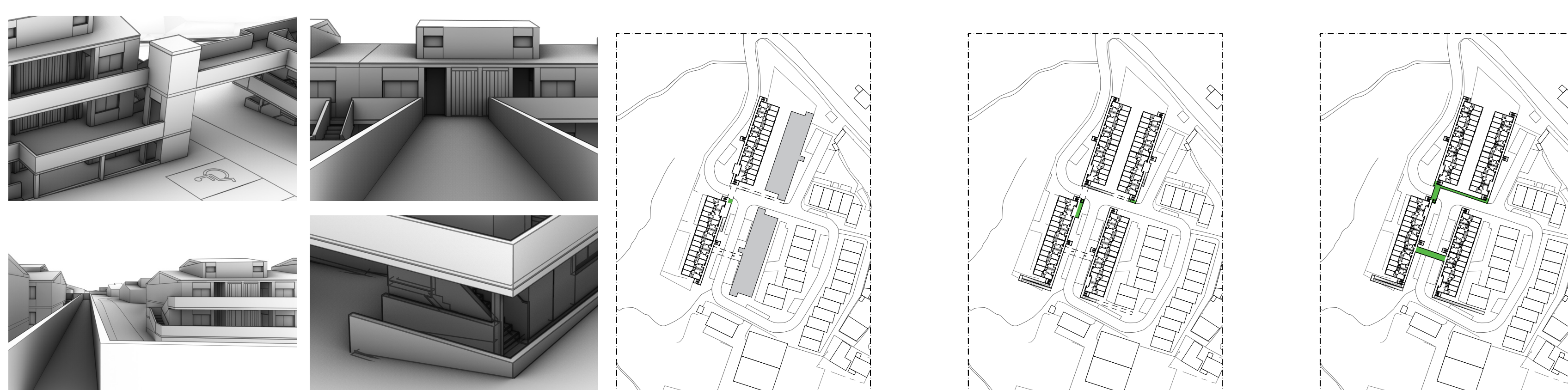
1ª Fase

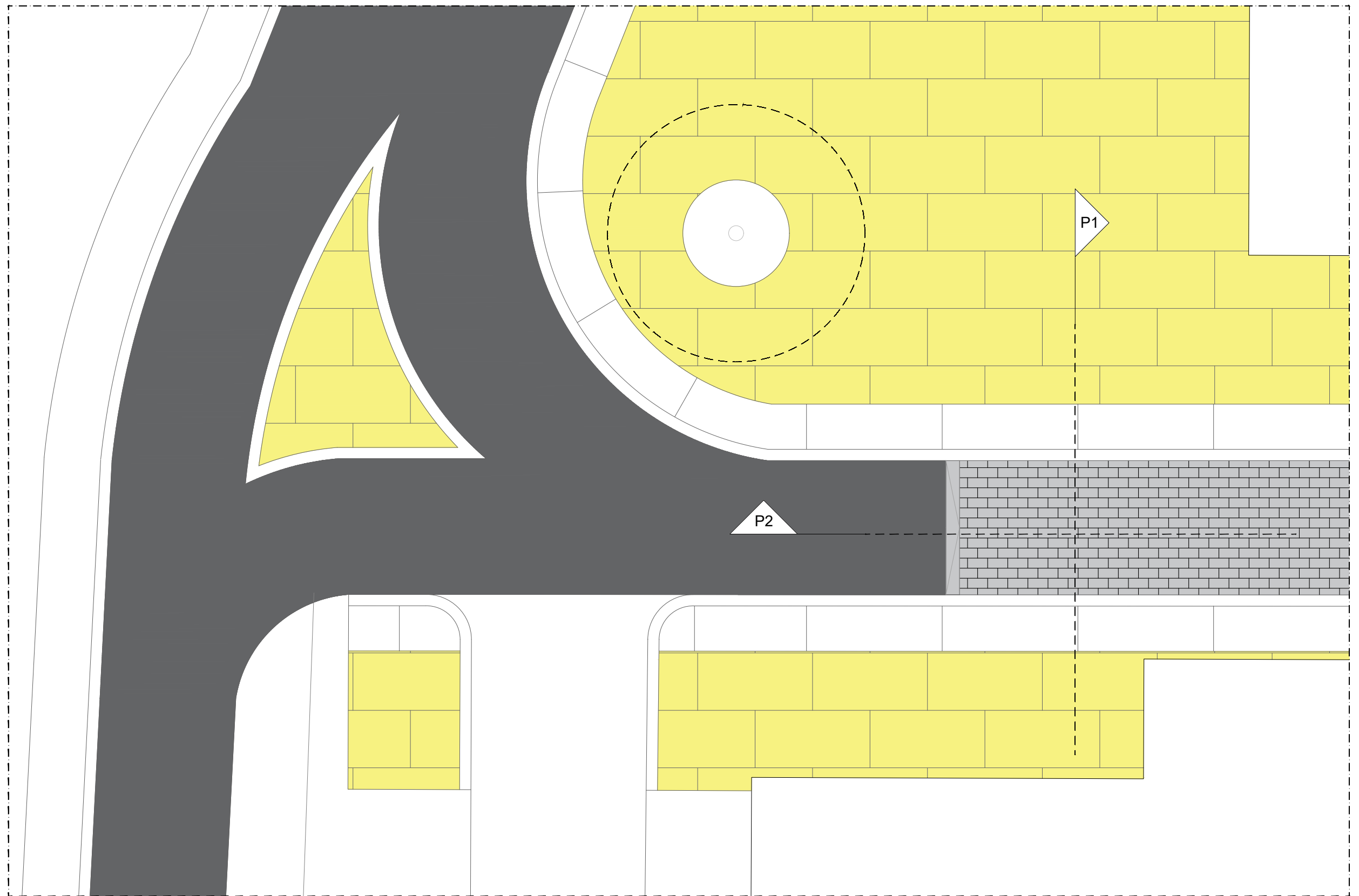


2ª Fase

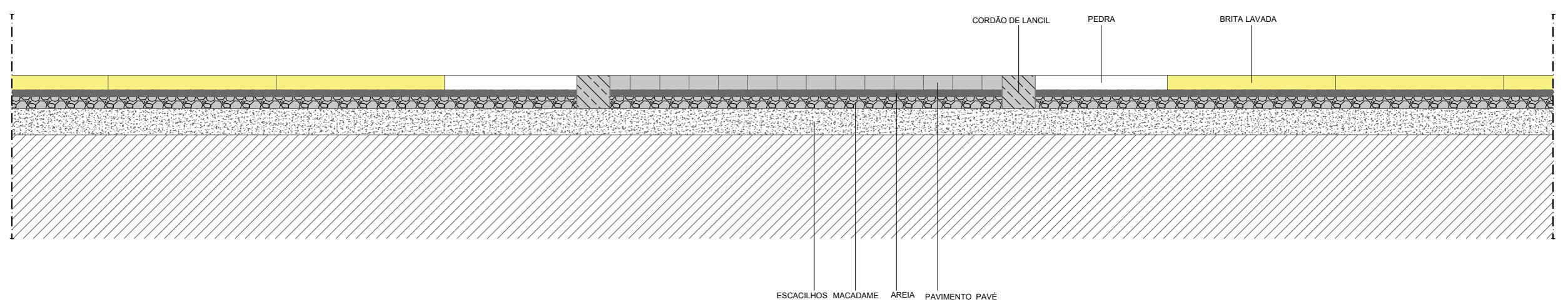


3ª Fase





P2



P2

